DocuSign Envelope ID: A7C48EE7-6BEE-4937-9010-8E66C8C07E66

ACEF

Cruzeiro do Sul Educacional

ACEF S.A.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

DocuSign Envelope ID: A7C48EE7-6BEE-4937-9010-8E66C8C07E66

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
ACEF S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da ACEF S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da ACEF S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ACEF S.A. e da ACEF S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

DocuSign Envelope ID: A7C48EE7-6BEE-4937-9010-8E66C8C07E66

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

DocuSign Envelope ID: A7C48EE7-6BEE-4937-9010-8E66C8C07E66

ACEF S.A.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Signed By: VINICIUS FERREIRA BRITTO REGO:92933610515
CPF: 92933610515
Signing Time: 30 March 2023 | 21:48 BRT
ICP Brasil
5DDCCF00B7834A4B9222CCC4C7238979

Vinicius Ferreira Britto Rego
Contador CRC 1BA024501/O-9

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			(Reapresentado Nota 1.1)		
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.458	27.169	115.516	130.704
Contas a receber	6	22.828	21.793	56.311	47.258
Tributos a recuperar		1.690	2.505	4.823	4.353
Outros créditos	7	19.458	6.870	4.381	3.767
Total do ativo circulante		**51.434**	**58.337**	**181.031**	**186.082**
Não circulante					
Contas a receber	6	1.987	1.528	5.865	5.384
Adiantamentos para futuro investimento	15	-	43.109	-	-
Depósitos judiciais	16	3.713	2.685	5.861	5.546
Outros créditos	7	325	6.077	14.041	20.093
Tributos diferidos	22	28.897	24.981	41.037	39.353
Investimentos	8	585.340	548.854	42	42
Imobilizado, líquido	9	13.698	11.358	76.425	63.413
Direito de uso	12	75.148	77.760	255.696	237.939
Intangível, líquido	10	651	394	574.853	589.423
Total do ativo não circulante		**709.759**	**716.746**	**973.820**	**961.193**
Total do ativo		**761.193**	**775.083**	**1.154.851**	**1.147.275**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos		-	-	11	91
Debêntures	11	80.324	64.846	80.324	64.846
Fornecedores		7.194	6.355	13.616	11.851
Obrigações com partes relacionadas	15	-	-	486	419
Obrigações trabalhistas	13	12.600	9.100	30.884	22.999
Obrigações tributárias	14	3.264	2.865	19.968	22.964
Dividendos a pagar	19.4	31.596	21.950	31.596	21.950
Adiantamentos de clientes		4.222	3.932	8.990	7.653
Passivo de arrendamento	12	4.390	4.731	16.699	16.561
Obrigações por aquisição de participações societárias	17	-	17.864	-	20.533
Receita diferida	18	-	-	722	722
Outras contas a pagar		1.057	5	1.698	21
Total do passivo circulante		**144.647**	**131.648**	**204.994**	**190.610**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos		-	-	-	11
Debêntures	11	250.993	324.797	250.993	324.797
Obrigações com partes relacionadas	15	-	427	-	-
Obrigações tributárias	14	-	-	110.564	112.143
Tributos diferidos	22	-	-	16.392	17.145
Provisão para demandas judiciais	16	8.584	9.361	18.263	21.724
Passivo de arrendamento	12	81.007	81.400	268.175	243.166
Obrigações por aquisição de participações societárias	17	21.004	18.692	21.004	18.692
Adiantamentos para futuro aumento de capital	15	15.700	93.750	15.700	93.750
Receita diferida	18	-	-	9.508	10.230
Outras contas a pagar		1.250	1.718	1.250	1.717
Total do passivo não circulante		**378.538**	**530.145**	**711.849**	**843.375**
Patrimônio líquido					
Capital social	19	123.950	30.200	123.950	30.200
Reservas de lucros	19	114.058	83.090	114.058	83.090
Total do patrimônio líquido		**238.008**	**113.290**	**238.008**	**113.290**
Total do passivo e patrimônio líquido		**761.193**	**775.083**	**1.154.851**	**1.147.275**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2022	2021	2022	2021
Receita líquida	23	236.201	230.961	515.775	483.788
Custo dos serviços prestados	24	(112.256)	(104.605)	(268.326)	(242.541)
Lucro bruto		**123.945**	**126.356**	**247.449**	**241.247**
(Despesas) e receitas operacionais:					
Despesas gerais e administrativas	24	(42.326)	(34.751)	(111.886)	(94.982)
Resultado de equivalência patrimonial	8	26.289	35.466	-	-
Outras receitas, líquidas	24	750	685	2.251	2.657
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		**108.658**	**127.756**	**137.814**	**148.922**
Receitas financeiras	25.1	2.374	1.415	16.839	13.450
Despesas financeiras	25.2	(72.925)	(46.466)	(113.593)	(73.379)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**38.107**	**82.705**	**41.060**	**88.993**
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	22	(1.409)	(1.068)	(2.883)	(6.771)
Diferido	22	3.916	6.164	2.437	5.579
Lucro líquido do exercício		**40.614**	**87.801**	**40.614**	**87.801**
Média ponderada das ações no exercício	20	400.182	400.182		
Lucro básico e diluído por ações em reais	20	101,49	219,40		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	40.614	87.801	40.614	87.801
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**40.614**	**87.801**	**40.614**	**87.801**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DocuSign Envelope ID: A7C48EE7-6BEE-4937-9010-8E66C8C07E66

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Retenção de lucros	Reserva legal	Total das reservas de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**30.200**	**11.199**	**6.040**	**17.239**	**-**	**47.439**
Lucro líquido do exercício	19	-	-	-	-	87.801	87.801
Destinação do resultado do exercício							
Dividendos mínimos obrigatórios	19.4	-	-	-	-	(21.950)	(21.950)
Retenção de lucros	19.3	-	65.851	-	65.851	(65.851)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**30.200**	**77.050**	**6.040**	**83.090**	**-**	**113.290**
Lucro líquido do exercício	19	-	-	-	-	40.614	40.614
Aumento de capital	19.1	93.750	-	-	-	-	93.750
Destinação do resultado do exercício							
Constituição da reserva legal	19.2	-	-	2.031	2.031	(2.031)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19.4	-	-	-	-	(9.646)	(9.646)
Retenção de lucros	20.3	-	28.937	-	28.937	(28.937)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**123.950**	**105.987**	**8.071**	**114.058**	**-**	**238.008**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DocuSign Envelope ID: A7C48EE7-6BEE-4937-9010-8E66C8C07E66

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2022	2021	2022	2021
Das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**38.107**	**82.705**	**41.060**	**88.993**
Resultado de equivalência patrimonial	8	(26.289)	(35.466)	-	-
Depreciação e amortização	9 e 10	3.044	2.955	28.609	26.967
Depreciação do direito de uso	12	6.719	5.836	22.988	19.944
Amortização do custo de captação	11	304	452	304	452
Encargos financeiros sobre financiamentos		-	-	7	32
Juros incorridos sobre aquisição de controladas	17	2.825	1.525	2.826	1.632
Juros de debêntures	11	48.734	24.498	48.734	24.498
Juros sobre passivo de arrendamento	12	9.049	8.140	27.316	24.813
Ajuste a valor presente de ativos e passivos	6	675	441	1.511	952
Provisão para demanda judicial	16	2.244	719	2.675	761
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	6	11.858	6.496	30.321	19.917
Baixa de imobilizado e intangível	9 e 10	-	-	-	416
Receita diferida sobre venda de imóvel	18	-	-	(722)	(1.332)
Baixa por descontinuidade de arrendamento	12	-	(43)	-	(138)
Ajuste para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e contribuição social com o fluxo de caixa		**97.270**	**98.258**	**205.629**	**207.907**
Decréscimo (acréscimo) em ativos					
Contas a receber		(14.027)	(7.390)	(41.366)	(21.663)
Depósitos judiciais		(1.028)	(709)	(315)	(798)
Tributos a recuperar		815	(1.353)	(470)	(1.865)
Outros créditos		(8.167)	149	1.221	10.446
(Decréscimo) acréscimo em passivos					
Fornecedores		(1.181)	427	(1.680)	(161)
Obrigações trabalhistas		3.500	1.448	7.885	2.951
Obrigações tributárias		243	39	(2.357)	(6.451)
Adiantamentos de clientes		290	747	1.337	1.121
Outras contas a pagar		584	1.512	1.210	1.440
		78.299	**93.128**	**171.094**	**192.927**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.253)	(1.168)	(5.101)	(3.902)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**77.046**	**91.960**	**165.993**	**189.025**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Dividendos recebidos de controladas	8	32.912	-	-	-
Pagamento obrigações por aquisicões de participações societárias	17	(18.377)	-	(21.047)	(2.557)
Aquisição de imobilizado	9	(4.780)	(3.751)	(23.373)	(19.756)
Aquisição de intangível	10	(531)	(243)	(2.152)	(1.957)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		**9.224**	**(3.994)**	**(46.572)**	**(24.270)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de empréstimos e financiamentos		-	-	(98)	(247)
Pagamento de debêntures	11	(107.364)	(151.282)	(107.364)	(151.282)
Pagamento de arrendamento	12	(13.890)	(11.331)	(42.914)	(37.653)
Partes relacionadas	15	15.273	89.128	15.767	93.144
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(105.981)**	**(73.485)**	**(134.609)**	**(96.038)**
Aumento (decréscimo) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(19.711)**	**14.481**	**(15.188)**	**68.717**
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		27.169	12.688	130.704	61.987
No fim do exercício		7.458	27.169	115.516	130.704
Aumento (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa		**(19.711)**	**14.481**	**(15.188)**	**68.717**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DocuSign Envelope ID: A7C48EE7-6BEE-4937-9010-8E66C8C07E66

Índice

1. Contexto operacional 8
2. Políticas contábeis 8
3. Avaliação das informações por segmento 26
4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas 26
5. Caixa e equivalentes de caixa 29
6. Contas a receber 30
7. Outros créditos 31
8. Investimentos 32
9. Imobilizado 34
10. Intangível 36
11. Debêntures 38
12. Arrendamentos 40
13. Obrigações trabalhistas 42
14. Obrigações tributárias 42
15. Partes relacionadas 43
16. Provisão para demandas judiciais 44
17. Obrigações por aquisições de participações societárias 49
18. Receita diferida 50
19. Patrimônio líquido 50
20. Resultado por ação 52
21. Instrumentos financeiros e gestão de riscos 52
22. Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos 58
23. Receita líquida 60
24. Custos e despesas por natureza 60
25. Resultado financeiro 61
26. Seguros 62
27. Eventos subsequentes 62

1. Contexto operacional

A ACEF S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima, controlada direta da Cruzeiro do Sul Educacional S.A., com sede na Avenida Dr. Armando Salles de Oliveira, 201 - Parque Universitário - Franca - SP. A Companhia e suas controladas diretas têm como principais atividades a atuação na prestação de ensino superior, profissionalizantes, pós-graduação, cursos livres e outras atividades educacionais correlatas, além do desenvolvimento de cursos em geral e de extensão universitária e pós-graduação por meio presencial ou de qualquer sistema tecnológico de comunicação de dados diretamente para os consumidores, ou por meio de uma rede de parceiros, receptores do sinal televisivo ou de qualquer outro sistema de transmissão de dados.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas apresentaram capital circulante líquido negativo no montante de R$23.963 (ativo circulante de R$181.031 e passivo circulante consolidado de R$204.994), cujo principal impacto está atrelado ao principal, juros e encargos sobre as debêntures com liquidações previstas no curto prazo. A Companhia e suas controladas geraram fluxo de caixa positivo de R$165.993 através de suas atividades operacionais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e, baseada em suas projeções, conclui que a geração de caixa prevista para os próximos 12 meses será suficiente para liquidação das obrigações de curto prazo e capacidade de continuidade operacional.

1.1. Reapresentação das cifras comparativas

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 – Controladora

A Administração identificou em 2022 a ausência do destaque dos dividendos mínimos obrigatórios a receber da controlada Veritas referente ao exercício de 2021, no montante de R$3.707, no Balanço Patrimonial da Controladora em 31 de dezembro de 2021. Deste modo, reapresentamos o Balanço patrimonial – Ativo para as demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro de 2021, da ACEF S.A., reclassificando o referido montante da rubrica “Investimentos” para “Outros créditos” (Nota 7).

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com

base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão sendo divulgados na Nota 4.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram concluídas e aprovadas pela Administração da Companhia em 29 de março de 2023.

2.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da ACEF S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

Razão social	31/12/2022	31/12/2021
Participação Direta		
Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio S/S Ltda. (“CEUNSP”)	99,99%	99,99%
Veritas Educacional A Participações. S.A. (“Veritas”)	99,98%	99,98%
Sociedade Educacional Braz Cubas Ltda. (“Braz Cubas”)	99,99%	99,99%
Participação Indireta		
Cesuca Complexo de Ensino Superior De Cachoerinha Ltda. (“Cesuca”)	99,99%	99,99%
Sociedade Educacional São Bento Ltda. (“São Bento”)	99,99%	99,99%
Sociedade Educacional Santa Rita Ltda. (“Santa Rita”)	99,99%	99,99%
Sociedade Educacional Santa Tereza Ltda.	99,99%	99,99%

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O controle é obtido quando a Companhia e suas controladas estiverem expostas ou tiverem o direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à controlada.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia utilizando práticas contábeis consistentes.

Os ativos, passivos e o resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia e suas controladas obtiverem o controle.

Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa, relacionados com transações entre controladas, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial, com seus efeitos registrados no patrimônio líquido e não só no resultado do exercício.

2.2. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Ao adquirir um negócio, a Companhia e/ou suas controladas avaliam os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, na demonstração do resultado.

Os ativos de indenização devem ser reconhecidos e mensurados com base em premissas consistentes com aquelas utilizadas para mensurar o item objeto da indenização, estando sujeitos à avaliação da Administração quanto às perdas potenciais por valores incobráveis e estando também sujeitos a quaisquer limitações contratuais para o montante da indenização que decorre de passivo contingente não reconhecido na data da aquisição por não ter sido possível mensurar o seu valor justo com confiabilidade nessa data. Os ativos atrelados às garantias sobre os processos de ex-mantenedor estão sendo demonstrados conforme Nota 7, bem como a movimentação sobre os passivos de contingências relacionado a tais garantias estão sendo demonstrados conforme Nota 16.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia e/ou suas controladas que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base

nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. Todas as aquisições efetuadas foram realizadas pela aquisição integral das quotas das empresas adquiridas, ou seja, sem o envolvimento e, consequentemente, necessidade de mensurar a participação não controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional de não controladores sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

2.3. Classificação circulante e não circulante

A Companhia e/ou suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia e/ou suas controladas classificam todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos passivos fiscais diferidos são classificados no ativo não circulante.

2.4. Tributos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia e suas controladas são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro

líquido.

O imposto de renda e a contribuição social nas sociedades que aderiram ao PROUNI foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente aplicáveis ao PROUNI e apurado considerando o lucro da exploração sobre as atividades isentas.

De acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1394 de 12/09/2013 (IN 1394/13), a instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos, não beneficente, que aderir ao PROUNI nos termos do artigo 5º da Lei nº 11.096 de 2005, ficará isenta na proporção da ocupação efetiva das bolsas (POEB) durante o período de vigência do termo de adesão dos seguintes tributos: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição para o PIS/Pasep; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). A isenção é apurada através do lucro da exploração, observando o disposto da IN 1394/13.

Tributos diferidos

Tributo diferido são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável ou prejuízo fiscal.

- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

Tributos diferidos relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos

são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Tributos sobre as vendas

As regras do PROUNI definem que estão isentas do PIS e da COFINS as receitas auferidas pela Companhia e suas controladas, sobre todas as atividades operacionais vinculadas à graduação tradicional e tecnológica. Para as demais receitas de ensino superior, a incidência do PIS e a COFINS segue as alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas ao ensino superior, a incidência do PIS é apurado pela alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%. Vale ainda destacar que, a partir de julho de 2015, a Companhia e suas controladas passaram a recolher PIS e COFINS sobre os rendimentos com aplicações financeiras, com alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

Sobre as receitas das atividades de ensino, incide o ISS e de acordo com cada Município as alíquotas são de 2,00% a 5,00%.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente registrados pela Companhia e suas controladas, quando se tornam parte de disposições contratuais de determinado instrumento.

2.6.1. Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas

controladas para a gestão destes ativos financeiros.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados.
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

DocuSign Envelope ID: A7C48EE7-6BEE-4937-9010-8E66C8C07E66

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.

- A Companhia e suas controladas transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia e suas controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia e suas controladas nem transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência, além do contas a receber de alunos (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para os ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável não foi reconhecida nenhuma perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, pois de acordo com a avaliação da Companhia e suas controladas além do risco associado ser baixo, não há histórico de perdas.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

2.6.2. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia e controladas incluem fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.
Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e/ou controladas que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, forem atendidos. A Companhia e suas controladas não designaram nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Os saldos de contas a receber da Companhia estão ajustados a valor presente conforme demonstrado na Nota 6.

2.8. Investimentos em controladas

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição. O ágio relativo à controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem individualmente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da controlada. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da controlada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possui efeitos em outros resultados abrangentes ou registrados diretamente no patrimônio líquido derivados das demonstrações financeiras de suas controladas.

Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a controlada são eliminados em proporção à participação na controlada. A soma da participação da Companhia nos resultados de uma controlada é apresentada na demonstração do resultado, fora do lucro operacional, representando o resultado após os impostos e participações de não controladores nas controladas.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor

recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece a perda, quando aplicável, no resultado do exercício.

Ao perder influência significativa sobre a controlada, mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da controlada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação, serão reconhecidos no resultado.

2.9. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos como parte do custo do imobilizado em construção. A Companhia não possui ativos qualificáveis nos exercícios apresentados.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e/ou suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Ativo	Prazo
Acervo bibliográfico	10 anos
Equipamento de informática	05 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos audiovisuais	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(a)
Direito de uso	(b)

(a) Com base nos contratos de locação, a vida útil das benfeitorias em propriedades de terceiros gira em torno de 3 a 19 anos, variando de acordo com o período de utilização dos ativos.

(b) Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, que variam em torno de 3 a 19 anos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

DocuSign Envelope ID: A7C48EE7-6BEE-4937-9010-8E66C8C07E66

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.10. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Ativo	Prazo esperado de amortização
Carteira de clientes	De 4 anos até 5 anos
Marcas	De 25 anos até 25 anos e 6 meses
Licenças MEC	Indefinida
Cláusulas de não concorrência	5 anos
Polos de ensino	De 4 anos e 5 meses até 8 anos e 11 meses
Produção de materiais – EAD	4 anos
Softwares	5 anos

Valorização da carteira de alunos

A valorização da carteira de alunos foi estimada através do método de Fluxo de Caixa Descontado, baseada nas informações internas de alunos remanescentes e geração de caixa destes alunos até a formatura, considerando receitas, custos diretos e índice de contribuição de outras despesas e ativos para geração deste resultado.

Licenças MEC

As licenças concedidas pelo MEC para o curso de Medicina foram estimadas através do método de mensuração pela abordagem da renda. O método é uma derivação do método do fluxo de caixa descontado. O princípio fundamental é que o valor de um ativo intangível corresponde ao valor presente das diferenças entre os fluxos de caixa de dois cenários: um considerando o cenário de geração de fluxos de caixa atual e outro considerando uma reconstrução do ativo considerando a curva de evolução necessária para que os fluxos sejam equiparados. Considerando ser um ativo intangível de vida útil indefinida, foi efetuado teste de recuperabilidade conforme descrito na nota 10.

2.11. Arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Companhia como arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para fazer frente aos seus compromissos com arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, de acordo com o prazo contratual.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.12.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento (fluxo de caixa descontado real). Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa (tais como a inflação que é incorporada ao passivo de arrendamento e direito de uso quando aplicada na data base de reajuste dos aluguéis), e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa, geralmente percentuais sobre a receita líquida sobre os serviços prestados da Companhia, e são reconhecidos como custos dos serviços prestados no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo e financiamento incremental (taxa nominal) na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor (a Companhia tem como política considerar ativos de baixo valor aqueles cujo valor do ativo quando novo é igual ou inferior a R$20). Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.12. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido do valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital aplicável para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Após a conclusão dos testes de recuperação dos ativos, que foram realizados para a data-base de 31de outubro de 2022, a Companhia não identificou elementos que indiquem a necessidade de constituição de provisão para *impairment* em 31 de dezembro de 2022.

Ativos intangíveis, imobilizados e direito de uso com vida útil definida

Ativos intangíveis, imobilizados e direito de uso com vida útil definida são amortizados e depreciados, respectivamente, bem como avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A avaliação da existência de indicativos de perda do valor econômico é realizada no mínimo anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.13. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e/ou suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o

reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado, do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.15. Adiantamentos de clientes

São apresentados no passivo circulante e correspondem aos valores recebidos antecipadamente, relativos a cursos que serão ministrados no período seguinte e que são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência em decorrência da obrigação de desempenho definida pelo CPC 47/IFRS 15 - Contratos com clientes.

2.16. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média ponderada das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

A Companhia e/ou suas controladas não possuem operações com instrumentos diluidores que influenciam no cálculo do lucro diluído, portanto, o lucro diluído por ação é igual ao valor do lucro básico por ação.

2.17. Receita diferida

Com a mudança do CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil para a norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, foi identificado um arrendamento em uma controlada indireta da CEUNSP, que nos termos da norma, não se qualificam como arrendamento mercantil e sim como um retroarrendamento do imóvel. A operação de sale and leaseback, resultou em um ganho auferido na transação, e à luz da norma, este ganho foi registrado no passivo da Companhia como uma receita diferida que está sendo amortizado ao longo do prazo do arrendamento.

2.18. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for favorável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e/ou suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas.

O CPC 47/IFRS 15, estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação da receita: (i) Quando as partes do contrato aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (ii) Quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços transferidos; (iii) Quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; (iv) Quando o contrato possuir substância comercial, e; (v) Quando for provável que a entidade receberá a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

A seguir apresentamos as políticas adotadas nas receitas advindas das atividades operacionais do Grupo:

Prestação de serviços

As receitas incluem mensalidades de ensino superior (graduação e pós-graduação), ensino médio e fundamental, presenciais ou à distância, mensalidade de cursos de extensão e taxas de serviços. As receitas são registradas quando os serviços são prestados.

Venda de produtos

A receita pela comercialização de produtos é reconhecida no cumprimento das obrigações ao transferir o produto ao cliente, podendo ser em momento específico seu reconhecimento ao longo do contrato, conforme o acordo comercial assumido. A Companhia e suas controladas utilizam a política de reconhecimento de receita na data em que o produto é entregue ao comprador, visto que os principais produtos são livros e apostilas.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira”, na demonstração do resultado.

2.19. Demonstrações dos fluxos de caixa (“DFC”)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). A Companhia apresenta as operações de pagamentos de juros de empréstimos,

financiamentos e passivo de arrendamento como atividade de financiamento.

2.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

Não há novas normas CPC, IFRS ou interpretações IFRIC que entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.21. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas aplicáveis a Companhia foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"

De acordo com o IAS 1 – "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

Alteração ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement* 2 - Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS *Practice Statement* 2 *Making Materiality Judgements*" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A

referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro

A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

3. Avaliação das informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades, substancialmente, na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada e é gerenciada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso, e entregues em formatos diferentes como campi e pólos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e/ou suas controladas requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo riscos que podem causar um

ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão relacionados a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e/ou suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas no curso normal dos negócios a fiscalizações, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações sobre os processos judiciais ou procedimentos administrativos, a Companhia e suas controladas podem ser adversamente afetadas, independentemente do respectivo resultado final.

Conforme exposto, não é possível garantir que estas autoridades não autuarão a Companhia e suas controladas, nem que estas autuações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco, o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos quanto dos judiciais.

Tributos

Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de tributos já registrada. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos

advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa

A provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa é calculada de acordo com as diretrizes do CPC 48/IFRS 9. Como consequência da adoção da norma, a Companhia passou a mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na perda esperada e não mais com base na perda incorrida.

A Companhia utiliza o expediente prático previsto na norma, e aplica o modelo simplificado na mensuração da perda esperada para a vida toda do contrato, através da utilização de dados históricos e da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e os mesmos prazos de vencimento.

Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário e períodos de contrato

A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao direito de uso do ativo em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

A adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares; e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares.

Determinação do prazo de arrendamento

Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Para arrendamentos de centros acadêmicos, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão).

Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.

Adicionalmente, a Companhia considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a disrupção nos negócios necessárias para a substituição do ativo arrendado.

Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se a Companhia fica obrigada a exercê-la (ou não exercê-la).

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	2	2	4	4
Banco conta movimento	2.663	669	11.869	5.447
Equivalentes de caixa	4.793	26.498	103.643	125.253
Total	**7.458**	**27.169**	**115.516**	**130.704**

O grupo de caixa e equivalentes de caixa é composto pelos numerários mantidos em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo que possuem prazo de realização inferior a 90 dias, sem risco de alteração de valor quando do resgate antecipado.

Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações de renda fixa, estão concentradas em operações de CDB, substancialmente indexadas à variação de 101% do CDI (99,5% a 101,5% do CDI em 31 de dezembro de 2021), firmadas com instituições financeiras nacionais de primeira linha.

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Mensalidades (i)	36.356	36.407	82.632	81.510
Crédito universitário (ii)	3.000	2.148	15.428	13.760
Acordos em andamento (iii)	8.315	6.894	20.142	13.346
Outras contas a receber (iv)	5.337	4.915	12.603	9.810
Subtotal	**53.008**	**50.364**	**130.805**	**118.426**
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (v)	(26.990)	(26.515)	(66.018)	(64.684)
Ajuste a valor presente	(1.203)	(528)	(2.611)	(1.100)
Total	**24.815**	**23.321**	**62.176**	**52.642**
Circulante	22.828	21.793	56.311	47.258
Não circulante	1.987	1.528	5.865	5.384

(i) Corresponde às mensalidades a receber dos alunos provenientes da prestação de serviços da atividade de ensino.

(ii) Compreende as mensalidades a receber objeto de financiamento mediante os programas disponíveis na Companhia e suas controladas, tais como Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e parcelamentos próprios.

O FIES é um financiamento educacional operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e que tem o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal como agentes financeiros. Os valores contratados pelos alunos são repassados em forma de Certificados Financeiros do Tesouro Série E (CFT-E), que são títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional. Esses títulos podem ser utilizados para compensação de tributos federais ou convertidos em caixa.

Para que o aluno contrate o FIES, é necessário que seja apresentado fiador ou que o aluno opte pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), um fundo administrado pela CEF com finalidade de garantir parte do risco em operações de crédito educativo.

O parcelamento próprio é uma modalidade de cobrança que permite aos alunos pagar a dívida no dobro do tempo do curso. Os valores são atualizados conforme reajuste dos preços dos serviços e sem a incidência de juros.

(iii) Referem-se a títulos negociados de acordo com a política de cobrança, em que os juros e multas podem ou não ser isentos de acordo com a negociação. Tais negociações ocorrem, principalmente, por meio de cartões, crédito e débito, ou boletos. Caso haja receita financeira, ela é reconhecida no momento do recebimento.

(iv) Parte substancial do saldo é representado pela rubrica de cartões a receber decorrente de mensalidades e valores recebidos em escritórios de cobrança terceirizados.

(v) A Companhia e suas controladas constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa por meio de análise dos saldos de mensalidades e acordos conforme suas faixas de vencimento e estimativa de perda de cada carteira. Também são constituídas provisões para parcelamentos próprios e FIES, de acordo com a estimativa da futura inadimplência. Nessa metodologia, a cada faixa de vencimento de cada carteira é atribuído um percentual de probabilidade de perda, que é recorrentemente provisionada. A administração da Companhia avalia constantemente a necessidade da alteração nos percentuais de provisão para perda com o objetivo de refletir o impacto causado pelo ambiente macroeconômico do país. Os montantes são considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber conforme as diretrizes do CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros.

A movimentação da provisão para créditos para perdas estimadas com liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

		Controladora	Consolidado
(=)	**Saldos em 31/12/2020**	**27.579**	**71.275**
(+/-)	Constituições de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	6.496	19.917
(+/-)	Baixa contra contas a receber (i)	(7.560)	(26.508)
(=)	**Saldos em 31/12/2021**	**26.515**	**64.684**
(+/-)	Constituições de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	11.858	30.321
(+/-)	Baixa contra contas a receber (i)	(11.383)	(28.987)
(=)	**Saldos em 31/12/2022**	**26.990**	**66.018**

(i) Quando o atraso atinge uma faixa de vencimento superior a 2 anos o título é baixado, bem como a respectiva provisão para perdas. Mesmo para os títulos baixados, os esforços de cobrança continuam e os respectivos recebimentos são reconhecidos diretamente ao resultado quando de sua realização.

A composição dos valores a receber por faixa de vencimento é apresentada a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2022	%	31/12/2021	%	31/12/2022	%	31/12/2021	%
A vencer	**15.033**	**29%**	**12.575**	**25%**	**44.172**	**34%**	**33.986**	**29%**
Crédito universitário	3.000	6%	2.148	4%	15.428	12%	13.760	12%
Acordos em andamento	6.698	13%	5.512	11%	16.142	12%	10.416	9%
Outras contas a receber	5.335	10%	4.915	10%	12.602	10%	9.810	8%
Vencidos	**37.975**	**71%**	**37.789**	**75%**	**86.633**	**66%**	**84.440**	**71%**
Até 180 dias	16.500	31%	16.256	32%	35.571	27%	33.596	28%
Acima de 180 dias	21.475	40%	21.533	43%	51.062	39%	50.844	43%
Total	**53.008**	**100%**	**50.364**	**100%**	**130.805**	**100%**	**118.426**	**100%**

7. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
		(Reapresentada Nota 1.1)		(Reapresentada Nota 1.1)
Adiantamentos a funcionários	305	474	2.422	2.525
Adiantamentos a fornecedores	554	208	997	399
Ativo indenizatório sobre provisão de contingência de ex-mantenedor (i)	-	6.077	14.366	19.713
Dividendos a receber (ii)	18.823	5.844	-	-
Outros	145	344	637	1.223
Total	**19.827**	**12.947**	**18.422**	**23.860**
Circulante	19.501	6.870	4.381	3.767
Não circulante	326	6.077	14.041	20.093

(i) Conforme o contrato de compra e venda da Santa Rita, Cesuca e Braz Cubas, existem garantias atreladas aos processos prováveis judiciais/administrativos em discussão em que a Companhia figura no pólo passivo da ação. No caso de julgamentos desfavoráveis, esses valores serão de responsabilidade dos vendedores, sendo reembolsado os valores à Companhia e suas controladas, conforme apresentado na Nota 16 (d).

(ii) Dividendos a receber da controlada Veritas.

8. Investimentos

8.1. Movimentação dos investimentos

	CEUNSP	Veritas	Braz Cubas	Acervo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**113.906**	**308.445**	**47.960**	**42**	**470.353**
Equivalência patrimonial	17.839	16.177	17.617	-	51.633
Amortização de mais valia (i)	(551)	(6.962)	(8.654)	-	(16.167)
Equivalência patrimonial total	17.288	9.215	8.963	-	35.466
Aumento de capital	-	-	48.878	-	48.878
Distribuição de lucros	-	(5.843)	-	-	(5.843)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	**131.194**	**311.817**	**105.801**	**42**	**548.854**
Equivalência patrimonial	192	16.638	25.625	-	42.455
Amortização de mais valia (i)	(549)	(6.963)	(8.654)	-	(16.166)
Equivalência patrimonial total	(357)	9.675	16.971	-	26.289
Aumento de capital (ii)(Nota 15)	-	-	43.109	-	43.109
Distribuição de lucros	(17.839)	(15.073)	-	-	(32.912)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**112.998**	**306.419**	**165.881**	**42**	**585.340**
Saldo patrimonial das controladas	41.921	67.203	(95.005)		
Ágio	63.219	102.609	216.503		
Mais valia	7.858	136.607	44.383		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**112.998**	**306.419**	**165.881**		

(i) Efeito das amortizações dos intangíveis identificados quando da combinação de negócios e reconhecidas na forma de ajuste à equivalência patrimonial na Companhia.

(ii) Aumento do capital social na Braz Cubas em R$ 43.109 com emissão de 43.109.327 quotas emitidas mediante aproveitamento de adiantamento para futuro aumento de capital.

8.2. Sumário do balanço patrimonial e da demonstração do resultado das controladas diretas

	31 de dezembro de 2022		
	CEUNSP	Veritas	Braz Cubas
% de participação	**99,99%**	**99,99%**	**99,99%**
Ativo circulante	34.820	70.949	42.609
Ativo não circulante	103.802	72.316	101.906
Total do ativo	**138.622**	**143.265**	**144.515**
Passivo circulante	12.314	37.749	29.064
Passivo não circulante	84.387	38.313	210.456
Patrimônio líquido	41.921	67.203	(95.005)
Total do passivo e patrimônio líquido	**138.622**	**143.265**	**144.515**
Receita líquida	70.944	98.867	109.763
Custo dos serviços prestados	(48.867)	(57.332)	(49.870)
Despesas operacionais, líquidas	(13.791)	(20.930)	(17.173)
Despesas financeiras, líquidas	(8.018)	(699)	(17.485)
Imposto de renda e contribuição social	(76)	(3.268)	390
Lucro líquido do exercício	**192**	**16.638**	**25.625**

DocuSign Envelope ID: A7C48EE7-6BEE-4937-9010-8E66C8C07E66

	31 de dezembro de 2021		
	CEUNSP	Veritas	Braz Cubas
			(Reapresentado)
% de participação	**99,99%**	**99,99%**	**99,99%**
Ativo circulante	53.530	59.671	22.530
Ativo não circulante	101.414	62.375	85.509
Total do ativo	**154.944**	**122.046**	**108.039**
Passivo circulante	13.060	25.258	24.925
Passivo não circulante	82.316	27.447	246.851
Patrimônio líquido	59.568	69.341	(163.737)
Total do passivo e patrimônio líquido	**154.944**	**122.046**	**108.039**
Receita líquida	70.795	92.984	89.047
Custo dos serviços prestados	(40.601)	(50.741)	(46.759)
Despesas operacionais, líquidas	(8.129)	(20.256)	(13.592)
Despesas financeiras, líquidas	(1.918)	(2.864)	(10.046)
Imposto de renda e contribuição social	(2.308)	(2.946)	(1.033)
Lucro líquido do exercício	**17.839**	**16.177**	**17.617**

DocuSign Envelope ID: A7C48EE7-6BEE-4937-9010-8E66C8C07E66

9. Imobilizado

9.1. Controladora

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transf.	Reclassif.	Saldos em 31/12/2022
Custo									
Acervo bibliográfico	7.675	8	-	7.683	-	-	-	(1)	7.682
Equipamentos de informática	6.191	518	-	6.709	505	(43)	-	-	7.171
Máquinas e equipamentos	10.581	725	-	11.306	1.353	-	-	1	12.660
Móveis e utensílios	4.424	11	-	4.435	803	-	-	(1)	5.237
Instalações	724	5	-	729	-	-	-	-	729
Benfeitorias em propriedades de terceiros	2.483	2.470	172	5.125	636	-	1.764	2.367	9.892
Imobilizações em andamento (i)	3.389	14	(172)	3.231	1.764	-	(1.764)	(3.230)	1
Outras imobilizações	1.585	-	-	1.585	-	(209)	-	437	1.813
	37.052	**3.751**	**-**	**40.803**	**5.061**	**(252)**	**-**	**(427)**	**45.185**
Depreciação									
Acervo bibliográfico	(5.971)	(512)	-	(6.483)	(472)	-	-	(1)	(6.956)
Equipamentos de informática	(5.638)	(293)	-	(5.931)	(273)	43	-	(1)	(6.162)
Máquinas e equipamentos	(8.160)	(683)	-	(8.843)	(737)	-	-	-	(9.580)
Móveis e utensílios	(2.967)	(253)	-	(3.220)	(280)	-	-	2	(3.498)
Instalações	(684)	(4)	-	(688)	(7)	-	-	(4)	(699)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(2.236)	(554)	-	(2.790)	(787)	-	-	427	(3.150)
Outras imobilizações	(1.326)	(164)	-	(1.490)	(165)	209	-	4	(1.442)
	(26.982)	**(2.463)**	**-**	**(29.445)**	**(2.721)**	**252**	**-**	**427**	**(31.487)**
	10.070	**1.288**	**-**	**11.358**	**2.340**	**-**	**-**	**-**	**13.698**

(i) O grupo de imobilizações em andamento corresponde substancialmente a gastos com reforma de imóveis e adequação dos ambientes para a utilização das aulas nos campus. Após a validação e finalização das obras para utilização do espaço, os valores são transferidos para a rubrica de benfeitorias em imóveis de terceiros e depreciados conforme contrato de locação.

DocuSign Envelope ID: A7C48EE7-6BEE-4937-9010-8E66C8C07E66

9.2. Consolidado

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2022
Custo									
Acervo bibliográfico	20.016	77	-	-	20.093	40	-	-	20.133
Equipamentos de informática	25.571	3.615	(2.541)	18	26.663	963	(43)	-	27.583
Máquinas e equipamentos	29.784	3.764	(1.629)	71	31.990	5.507	-	150	37.647
Móveis e utensílios	19.824	1.645	(902)	64	20.631	1.711	-	3	22.345
Instalações	2.452	27	(12)	(558)	1.909	95	-	-	2.004
Benfeitorias em propriedades de terceiros	28.546	2.368	-	6.438	37.352	2.755	-	2.326	42.433
Imobilizações em andamento (i)	10.272	8.205	-	(5.830)	12.647	13.206	-	(2.479)	23.374
Outras imobilizações	2.938	55	(64)	-	2.929	-	(376)	-	2.553
	139.403	**19.756**	**(5.148)**	**203**	**154.214**	**24.277**	**(419)**	**-**	**178.072**
Depreciação									
Acervo bibliográfico	(16.019)	(1.081)	-	-	(17.100)	(954)	-	-	(18.054)
Equipamentos de informática	(19.701)	(2.203)	2.528	(18)	(19.394)	(2.185)	43	-	(21.536)
Máquinas e equipamentos	(19.257)	(2.316)	1.755	353	(19.465)	(2.672)	-	-	(22.137)
Móveis e utensílios	(12.545)	(1.418)	733	(66)	(13.296)	(1.572)	-	-	(14.868)
Instalações	(907)	(141)	12	(946)	(1.982)	(136)	-	-	(2.118)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(15.549)	(2.344)	-	474	(17.419)	(3.520)	-	-	(20.939)
Outras imobilizações	(2.003)	(206)	64	-	(2.145)	(226)	376	-	(1.995)
	(85.981)	**(9.709)**	**5.092**	**(203)**	**(90.801)**	**(11.265)**	**419**	**-**	**(101.647)**
	53.422	**10.047**	**(56)**	**-**	**63.413**	**13.012**	**-**	**-**	**76.425**

(i) O grupo de imobilizações em andamento corresponde substancialmente a gastos com reforma de imóveis e adequação dos ambientes para a utilização das aulas nos campus. Após a validação e finalização das obras para utilização do espaço, os valores são transferidos para a rubrica de benfeitorias em imóveis de terceiros e depreciados conforme contrato de locação.

10. Intangível

A demonstração da movimentação do intangível é descrito abaixo:

10.1. Controladora

Movimentação	Saldos em 31/12/2020	Adições	Saldos em 31/12/2021	Adições	Saldos em 31/12/2022
Custo					
Marcas	206	-	206	-	206
Produção de materiais - EAD	-	-	-	192	192
Softwares	3.227	243	3.470	388	3.858
Amortizações					
Softwares	(2.790)	(492)	(3.282)	(323)	(3.605)
Total	643	(249)	394	**257**	**651**

10.2. Consolidado

Movimentação	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Reclassif.	Saldos em 31/12/2021	Adições	Reclassif.	Saldos em 31/12/2022
Custo								
Ágio em aquisições de investimentos	382.331	-	-	-	382.331	-	-	382.331
Mais Valia – Marcas	58.521	-	-	(526)	57.995	-	-	57.995
Mais Valia - Carteira de clientes	61.364	-	-	-	61.364	-	-	61.364
Mais Valia - Licenças MEC	112.564	-	-	-	112.564	-	-	112.564
Mais Valia - Polos de ensino	15.054	-	-	-	15.054	-	-	15.054
Mais Valia - Relacionamento com clientes	6.085	-	-	-	6.085	-	-	6.085
Mais Valia - Cláusula de não concorrência	10.916	-	-	-	10.916	-	-	10.916
Marcas	-	-	-	526	526	-	205	731
/Produção de materiais – EAD/	158	-	-	-	158	318	-	476
Softwares	6.784	1.957	(360)	196	8.577	2.456	(472)	10.561
Total do Custo	**653.777**	**1.957**	**(360)**	**196**	**655.570**	**2.774**	**(267)**	**658.077**
Amortização								
Mais Valia – Marcas	(2.984)	(1.428)	-	-	(4.412)	(1.428)	-	(5.840)
Mais Valia - Carteira de clientes	(24.100)	(12.363)	-	-	(36.463)	(12.363)	-	(48.826)
Mais Valia - Polos de ensino	(1.548)	(1.688)	-	-	(3.236)	(1.688)	-	(4.924)
Mais Valia - Relacionamento com clientes	(6.085)	-	-	-	(6.085)	-	-	(6.085)
Mais Valia - Cláusula de não concorrência	(8.673)	(549)	-	-	(9.222)	(549)	-	(9.771)
Softwares	(5.303)	(1.230)	-	(196)	(6.729)	(1.316)	267	(7.778)
Total da Amortização	**(48.693)**	**(17.258)**	**-**	**(196)**	**(66.147)**	**(17.344)**	**267**	**(83.224)**
Total	**605.084**	**(15.301)**	**(360)**	**-**	**589.423**	**(14.570)**	**-**	**574.853**

Os ativos classificados como *Software* correspondem à aquisição e custos de implementação de *softwares* operacionais da Companhia e suas controladas, sua taxa de amortização é fixada em 20% anuais para aquisições de sistemas de *software* sem prazo de vigência e 100% anuais para aquisições de sistemas de *software* com vigência de 12 meses.

Os ágios gerados nas aquisições são mensurados como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Ágios e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são

amortizados, porém a perda de valor recuperável é testada, no mínimo, uma vez ao ano.

As parcelas dos ágios não alocadas foram identificadas através de laudo de mensuração do valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos e alocação do preço de aquisição dos negócios adquiridos, conforme CPC 15 (R1)/IFRS 3 - Combinação de Negócios.

O valor de licença MEC (Ministério da Educação), que foi identificado com vida útil indefinida, de acordo com estudo preparado por empresa independente, também é submetido anualmente à análise de recuperabilidade (teste de *impairment*).

10.3. Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio nas aquisições de participações.

Em 31 de outubro de 2022 a Administração efetuou a análise de recuperabilidade de seus ativos intangíveis de vida útil indefinida e não identificou indicadores de impairment. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos intangíveis.

A Companhia considera como Unidade Geradora de Caixa (*Business Unit*) a gestão acadêmica, comercial e administrativa das unidades, cada entidade existente, conforme disposto no item 6, do CPC 01 (R1)/IAS 36 Redução ao valor recuperável de ativos, conforme demonstrado abaixo:

Unidades Geradoras de Caixa (“UGC ”s)	UGC's em 31/12/2022	UGC's em 31/12/2021
CEUNSP	Ceunsp	Ceunsp
Veritas	Sul	Sul
Sociedade Educacional Braz Cubas	Braz Cubas	Braz Cubas

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir.

Principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa média de desconto nominal, números de alunos, ganho de margem anual pelo período de cinco anos e crescimento do EBITDA projetado, conforme abaixo:

Premissas	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de desconto (i)	**12,50%**	**13,50%**
Período de projeção (ii)	**5 anos**	**5 anos**
Crescimento de alunos (iii)	**2,0%**	**2,0%**
Crescimento na perpetuidade (iv)	**5,0%**	**5,0%**
Crescimento da receita (v)	**7,4%**	**7,9%**
Crescimento da margem EBITDA (vi)	**0,5%**	**0,5%**

(i) A taxa de desconto das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) é uma taxa antes dos tributos e foi estimada baseada

na experiência da Administração com os ativos destas UGC's e na média ponderada do custo de capital da Companhia, a qual corresponde a taxa nominal.

(ii) Crescimento na captação de alunos no EAD e no Presencial em 2% entre 2023 e 2027.

(iii) As projeções devem abranger, como regra geral, o período máximo de cinco anos, a menos que se justifique, fundamentadamente, um período mais longo.

(iv) Taxa de perpetuidade de 5,0% a.a. A Companhia acredita ser viável o alcance dos resultados projetados para períodos superiores a cinco anos, dado sua experiência e capacidade de gestão, na integração e expansão de geração de caixa de unidades adquiridas, bem como nas características específicas que o setor possui, como baixa penetração e altas taxas de crescimento no histórico recente.

(v) Crescimento de receita através de novas turmas, reposicionamento de preço e captação de alunos advindo de novas praças.

(vi) Ganho de margem EBITDA ajustado 0,5%, com ganho de eficiência devido a escalabilidade do negócio.

Análise de sensibilidade das premissas

Considerando o cenário em que ocorra a redução de 10% na principal premissa de crescimento no número de alunos não foi identificado nenhuma necessidade de ajuste ao valor recuperável

Os valores utilizados nas principais premissas representam a melhor estimativa da Administração do futuro das unidades geradoras de caixa e foram baseadas em fontes internas (dados históricos) e externas (Censo do Ensino Superior).

11. Debêntures

11.1. Composição

		Controladora		Consolidado	
Emissão	Encargos financeiros	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
2ª	Taxa CDI + 1,60 a.a.	189.978	234.890	189.978	234.890
3ª	Taxa CDI + 1,35 a.a.	141.339	154.753	141.339	154.753
		331.317	**389.643**	**331.317**	**389.643**
	Circulante	80.324	64.846	80.324	64.846
	Não circulante	250.993	324.797	250.993	324.797

As debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, para distribuição pública e com esforços restritos de distribuição, possuem as seguintes características:

Emissão	Série	Data da emissão	Vencimento	Quant.	Valor unitário	Valor emissão	Pagamento principal e juros	Garantias
2ª	Única	24/09/2018	24/03/2025	3.000	100	300.000	Semestral (Mar. e Set.)	(i)
3ª	Única	23/12/2019	23/12/2026	155.000	1	155.000	Semestral (Jun. e Dez.)	(ii)

(i) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (a) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Santa Rita e CESUCA decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (b) eventual fração, se houver necessidade de complemento do valor mínimo, dos direitos creditórios da titularidade da Cruzeiro do Sul Educacional, decorrentes dos pagamentos

de mensalidades e taxas dos alunos; (c) alienação fiduciária das ações da Santa Rita e Veritas; (d) alienação fiduciária das quotas da Santa Tereza, São Bento e CESUCA; e (e) fiança da Cruzeiro do Sul Educacional, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.

(ii) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (a) alienação fiduciária das quotas da Braz Cubas; (b) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Braz Cubas decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; e (c) fiança da Cruzeiro do Sul Educacional, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.

11.2. Cláusulas restritivas ("*Covenants*")

As debêntures contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros, os quais são apurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da fiadora, Cruzeiro do Sul Educacional. O resultado do quociente da divisão da dívida financeira líquida e o EBITDA, com exceção da 3ª emissão da ACEF, que é utilizado o EBITDA Ajustado:

- Para a 2ª emissão o resultado deverá ser igual ou inferior a 3,0x.

- Para a 3ª emissão da ACEF o resultado deverá ser igual ou inferior a 4,5x até 2020; deverá ser igual ou inferior 4,0x em 2021; e deverá ser igual ou inferior 3,0x após de 2021, descontados de todos os impactos do IFRS-16.

Adicionalmente, em 28 de dezembro de 2021, para a 3ª emissão da ACEF, foram aprovadas as alterações da metodologia de cálculo dos índices financeiros onde serão desconsiderados os efeitos do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16), referente aos arrendamentos operacionais.

Na data de medição de 31 de dezembro de 2022, a Companhia atingiu todos os índices requeridos descritos acima.

11.3. Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**389.643**	**515.975**	**389.643**	**515.975**
Pagamento de juros	(47.121)	(24.602)	(47.121)	(24.602)
Pagamento de principal	(60.243)	(126.680)	(60.243)	(126.680)
Apropriação dos juros	48.734	24.498	48.734	24.498
Amortização do custo	304	452	304	452
Saldo final	**331.317**	**389.643**	**331.317**	**389.643**

Em 31 de dezembro de 2022 apresentava o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	2ª emissão ACEF	3ª emissão ACEF	Consolidado
2023	53.298	27.026	80.324
2024	46.680	27.126	73.806
2025	90.000	27.125	117.125
2026	-	60.062	60.062
	189.978	**141.339**	**331.317**

12. Arrendamentos

O passivo de arrendamento é decorrente do reconhecimento de pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo, determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa nominal incremental de empréstimo com características e prazos semelhantes aos contratos de arrendamento.

Contratos por prazo e taxa de desconto:

Prazos Contratuais	Taxa
3 anos	10,01%
6 anos	9,96%
Acima de 8 anos	11,05%

12.1. Movimentação do direito de uso

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**77.760**	**237.939**
Remensuração decorrente dos ajuste por inflação corrente (i)	4.107	40.745
Depreciação no exercício	(6.719)	(22.988)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**75.148**	**255.696**
Direito de uso	97.136	328.355
(-) Depreciação acumulada	(21.988)	(72.659)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**75.148**	**255.696**

(i) Remensuração apurada com base em índice de inflação previsto, apurando a nova prestação mensal para contratos que tiveram aniversário no período.

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**60.209**	**195.774**
Adição de novos contratos	-	728
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	(169)	(74)
Remensuração decorrente dos ajuste por inflação corrente (i)	23.556	61.455
Depreciação no exercício	(5.836)	(19.944)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**77.760**	**237.939**
Direito de uso	93.029	287.609
(-) Depreciação acumulada	(15.269)	(49.670)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**77.760**	**237.939**

(i) Remensuração apurada com base em índice de inflação previsto, apurando a nova prestação mensal para contratos que tiveram aniversário no período.

12.2. Movimentação do passivo de arrendamento

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**86.131**	**259.727**
Remensuração decorrente dos ajuste por inflação corrente (i)	4.107	40.745
Contraprestação paga	(13.890)	(42.914)
Apropriação de encargos financeiros	9.049	27.316
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**85.397**	**284.874**
Circulante	4.390	16.699
Não circulante	81.007	268.175
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**85.397**	**284.874**

(i) Remensuração apurada com base em índice de inflação previsto, apurando a nova prestação mensal para contratos que tiveram aniversário no período.

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**65.978**	**210.596**
Adição de novos contratos	-	728
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	(212)	(212)
Remensuração decorrente dos ajuste por inflação corrente (i)	23.556	61.455
Contraprestação paga	(11.331)	(37.653)
Apropriação de encargos financeiros	8.140	24.813
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**86.131**	**259.727**
Circulante	4.731	16.561
Não circulante	81.400	243.166
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**86.131**	**259.727**

(i) Remensuração apurada com base em índice de inflação previsto, apurando a nova prestação mensal para contratos que tiveram aniversário no período.

As parcelas fixas dos contratos de aluguel, conforme apresentado acima, foram reconhecidas a valor presente (considerando a taxa de juros nominal incremental quando da adoção inicial, início do contrato ou quando de sua eventual modificação de escopo) como direito de uso em contrapartida do passivo de arrendamento. Adicionalmente, a Companhia registrou segundo o regime de competência diretamente no resultado o montante de R$411 (R$306 em 31 de dezembro de 2021) relacionado aos contratos que não atende as premissas para a capitalização como direito de uso da norma (ausência do controle substancial do bem).

12.3. Compromissos futuros

Os saldos de arrendamento a pagar relacionados aos "compromissos futuros" para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão apresentados a seguir:

			Consolidado
	IFRS 16	(-) AVP	31/12/2022
Até um ano	44.652	(27.953)	16.699
Um ano até cinco anos	199.897	(115.852)	84.045
Cinco anos até dez anos	171.872	(66.503)	105.369
Dez anos até quinze anos	84.622	(22.698)	61.924
Acima de quinze anos	18.145	(1.308)	16.837
	519.188	**(234.314)**	**284.874**

12.4. Impactos nas demonstrações financeiras do exercício

A Companhia e suas controladas reconheceram no resultado do exercício nas rubricas de "Custos" e "Despesas financeiras", respectivamente, as despesas de depreciação e juros. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tais impactos montam os valores de R$22.988 (R$19.944 em 31 de dezembro de 2021) e R$27.316 (R$24.813 em 31 de dezembro de 2021), respectivamente.

13. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Salários a pagar	6.275	2.986	12.405	5.938
Provisão para férias e encargos	4.445	4.346	13.414	12.860
FGTS a recolher	468	435	1.119	1.041
INSS a recolher	1.301	1.223	3.708	2.901
Outras obrigações	111	110	238	259
Total	**12.600**	**9.100**	**30.884**	**22.999**
Circulante	12.600	9.100	30.884	22.999

14. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
IRRF a recolher	1.565	1.337	3.071	3.182
Impostos retidos	136	175	518	426
ISS a recolher	529	526	1.362	1.285
IRPJ e CSLL	2	72	520	3.964
PIS e COFINS a recolher	1.032	755	1.271	1.224
Parcelamentos (i)	-	-	123.790	125.026
Total	**3.264**	**2.865**	**130.532**	**135.107**
Circulante	3.264	2.865	19.968	22.964
Não circulante	-	-	110.564	112.143

(ii) Os saldos mantidos em parcelamentos em 31 de dezembro de 2022 são representados principalmente pela adesão ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies), pela controlada Braz Cubas em novembro de 2017, divididos em 180 parcelas. O Proies instituído pela Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, tem como objetivo assegurar condições para a continuidade das atividades de entidades mantenedoras de instituições de ensino superior integrantes do sistema de ensino federal, por meio da aprovação de plano de recuperação tributária e da concessão de moratória de dívidas tributárias federais. As mantenedoras que tiverem o requerimento de moratória e parcelamento deferidos poderão proceder ao pagamento de até 90% (noventa por cento) do valor das prestações mensais mediante a utilização de certificados emitidos pelo Tesouro Nacional, na forma de títulos da dívida pública em contrapartida às bolsas Proies integrais concedidas em cursos de graduação presenciais com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.

15. Partes relacionadas

15.1. Controladora

	31/12/2021	
	Ativo	Passivo
Outras partes relacionadas		
Braz Cubas (iii)	43.109	427
	43.109	**427**
Partes relacionadas	-	427
Adiantamento para futuro aumento de capital	43.109	-
	43.109	**427**
Não circulante	43.109	427

15.2. Consolidado

	31/12/2022		31/12/2021	
	Passivo	Resultado	Passivo	Resultado
Com controladoras				
Cruzeiro do Sul Educacional S.A. (iii)	15.700	-	93.750	-
Outras partes relacionadas				
Motriz Participações Ltda.(i)(ii)	486	(5.630)	419	(4.740)
	16.186	**(5.630)**	**94.169**	**(4.740)**
Partes relacionadas	486		419	
Adiantamento para futuro aumento de capital	15.700		93.750	
	16.186		**94.169**	
Circulante	486		419	
Não circulante	15.700		93.750	

(i) Refere-se ao montante total das parcelas mensais do imóvel relacionado ao Campus Ceunsp – Salto. O contrato de aluguel celebrado entre as partes possuem prazo de vigência de 18 anos, contendo cláusula de prorrogação automática, sendo que todos os contratos possuem reajuste anual pelo índice IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) tomando como base a data de sua assinatura.

(ii) A controlada CEUNSP celebrou um contrato de compromisso de compra e venda de um bem imóvel com a Motriz Participações Ltda., o valor do ganho de capital foi contabilizado como receitas diferidas conforme Nota 18.

(iii) Os adiantamentos para futuro aumento de capital correspondem a valores enviados pela Companhia às suas controladas com expectativa de integralização ao seu capital social em um período de até 12 meses.

16. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a contingências e riscos. A provisão para demanda judicial é estabelecida por valores atualizados para todos os processos, sendo eles de natureza cível, tributário e trabalhista em discussão nas esferas judiciais e administrativas, com base nas opiniões dos consultores jurídicos, sendo provisionados os casos em que a perda é considerada provável.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as contingências provisionadas estão relacionadas aos processos cíveis, tributários e trabalhistas, e estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Processos cíveis	419	895	694	1.555
Processos tributários	766	-	4.241	3.220
Processos trabalhistas	7.399	8.466	13.328	16.949
Total	**8.584**	**9.361**	**18.263**	**21.724**

A movimentação da provisão para as demandas judiciais está descrita abaixo:

	Controladora			
	Cíveis	Tributários	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.282**	**-**	**6.569**	**7.851**
Adições	138	-	719	857
Reversões	(385)	-	(17)	(402)
Pagamentos	(161)	-	(50)	(211)
Atualização monetária	21	-	243	264
Processos Ex Mantenedor	-	-	1.002	1.002
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**895**	**-**	**8.466**	**9.361**
Adições	510	766	838	2.114
Reversões	(92)	-	(280)	(372)
Pagamentos	(1.020)	-	(670)	(1.690)
Atualização monetária	126	-	376	502
Processos Ex Mantenedor	-	-	(1.331)	(1.331)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**419**	**766**	**7.399**	**8.584**

	Consolidado			
	Cíveis	Tributários	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**2.065**	**3.111**	**14.563**	**19.739**
Adições	242	-	1.016	1.258
Reversões	(430)	-	(381)	(811)
Pagamentos	(193)	-	(105)	(298)
Atualização monetária	23	-	291	314
Processos Ex Mantenedor	(152)	109	1.565	1.522
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.555**	**3.220**	**16.949**	**21.724**
Adições	726	766	1.561	3.053
Reversões	(229)	-	(881)	(1.110)
Pagamentos	(1.165)	-	(754)	(1.919)
Atualização monetária	144	-	588	732
Processos Ex Mantenedor	(337)	255	(4.135)	(4.217)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**694**	**4.241**	**13.328**	**18.263**

As obrigações acessórias entregues pela Companhia estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais.

16.1. Processos cíveis com perda provável

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza jurídica e administrativa, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão (consolidado) no montante de R$ 694 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 1.555 em 31 de dezembro de 2021).

Dentre as ações que possuem risco provável, há ações que envolvem, principalmente, pedidos de indenização por falha na prestação de serviços, danos materiais e morais decorrentes de supostas cobranças indevidas ou alegação de vícios nos serviços prestados de natureza acadêmica e operacional, que totalizam prováveis perdas no montante de R$ 477 em 31 de dezembro de 2022.

16.2. Processos tributários com perda provável

Os consultores jurídicos efetuaram o levantamento, avaliaram e dentre as várias ações de natureza jurídica e administrativa, para suportar as prováveis perdas com essas causas. A Administração mantém provisão (consolidada) no montante de R$ 4.241 em 31 de dezembro de 2022.

A variação ocorrida entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022, se deu em razão de processos judiciais envolvendo a aquisição de uma das Controladas, podendo destacar a ação abaixo:

Dentre as ações que possuem risco provável, cujos objetos se referem a assuntos anteriores à aquisição das Controladas, Braz Cubas e Positivo, pela Companhia, de modo que a responsabilidade está garantida contratualmente pelos ex-proprietários. Tais ações totalizam prováveis perdas no montante de R$ 3.503 em 31 de dezembro de 2022. Dentro deste montante, se destaca uma ação da Braz Cubas com valor provisionado de R$ 3.403, movida pela União, em que se discute o pagamento da multa de 40% do FGTS diretamente aos empregados, em acordos

judiciais ou extrajudiciais, em desconformidade com a legislação que determina o seu depósito nas contas vinculadas da Caixa Econômica Federal, e ausência de recolhimento da Contribuição Rescisória de 10%, por ocasião da dispensa sem justa causa de trabalhadores durante a gestão dos antigos acionistas da Braz Cubas.

16.3. Processos trabalhistas com perda provável

Os principais processos trabalhistas são referentes a horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício e/ou de atividade de docência, equiparação salarial, adicional noturno, intervalo interjornada e intrajornada, diferenças de salário por redução de carga horária de professores e indenizações por não cumprimento de acordo coletivo. Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações trabalhistas e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração da Companhia mantém (consolidado) a provisão de R$ 13.173 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 16.794 em 31 de dezembro de 2021).

16.4. Contingências prováveis sobre processos de Ex-Proprietários

Parte dos processos da Companhia e das Controladas referem-se a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários, anteriores à aquisição pela Companhia, sendo então contingências de responsabilidade exclusivas dos ex-proprietários limitada ao dever de indenizar. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nos processos, a Companhia e suas Controladas possuem garantias contratuais de ressarcimento, cujas eventuais perdas definitivas nesses processos serão apuradas e lançadas em Conta Gráfica para os ressarcimentos, bem como poderão ser compensadas, inclusive, com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de quotas celebrado entre as partes.

	Consolidado Provável (R$)	Fato Gerador Ex-Proprietários Provável (R$)	Indenizável Ex-proprietários (R$)
Processos cíveis	694	132	132
Processos tributários	4.241	3.475	3.475
Processos trabalhistas	13.173	9.015	3.818
Total	**18.108**	**12.622**	**7.425**

Parte dos processos da controlada ACEF avaliados com prognóstico de risco provável referem-se integralmente a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários da ACEF, anteriores à aquisição pela Companhia, sendo de responsabilidade dos ex-proprietários. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nesses processos que excedam o valor de R$ 14.000 para Perdas Materializadas e R$ 14.000 para Perdas Não Materializadas, da mesma forma, a Companhia possui garantias contratuais de ressarcimento, as quais poderão ser compensadas com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários da ACEF, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes. Até a data de fechamento da Nota Explicativa, as contingências da controlada ACEF não haviam excedido os limites contratuais acima mencionados para perdas materializadas e perdas não materializadas.

16.5. Processos com perda possível

A Companhia possui processos classificados como probabilidade de perda possível, os quais não são provisionados conforme apresentado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Processos cíveis	2.472	3.235	3.827	4.386
Processos tributários	12.828	14.833	19.466	21.230
Processos trabalhistas	1.784	2.682	7.118	7.123
Total	**17.084**	**20.750**	**30.411**	**32.739**

16.5.1. Processos cíveis com perda possível

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor apurado no consolidado, em 31 de dezembro de 2022, era de R$3.827 (R$ 5.256 em 31 de dezembro de 2021).

Há ações envolvendo, principalmente, obrigação de fazer cumulada com indenização por danos materiais e morais decorrentes de alegação de vícios nos serviços prestados de natureza acadêmica e operacional, totalizando risco de perda possível de R$ 3.333 em 31 de dezembro de 2022.

16.5.2. Processos tributários com perda possível

Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza tributária com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R$ 19.466 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 21.230 em 31 de dezembro de 2021).

Dentre os principais processos podemos destacar:

Há processos administrativos movidos pela Receita Federal contra a ACEF discutindo principalmente verbas que integram base de cálculo para recolhimento de contribuições sociais e previdenciárias, entre outros, somando risco possível avaliado em R$ 12.006. A instituição apresentou defesa em todos os processos e aguarda-se decisão final administrativa.

Por fim, destacam-se autos de infração instaurados pela Receita Federal do Brasil contra a Braz Cubas, nas quais discute-se supostas infrações às normas do ProUni, sendo apresentado impugnação que foi julgada parcialmente procedente, para reconhecer a decadência da contribuição do período de 01/2008 a 11/2008, com a consequente redução do valor exigido no Auto de Infração, atualmente aguardando julgamento de Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), totalizando o valor de R$ 6.638.

16.5.3. Processos trabalhistas com perda possível

Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza trabalhista com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R$ 7.118 em 31

de dezembro de 2022 (R$8.711 em 31 de dezembro de 2021).

16.5.4. Contingências possíveis sobre processos de Ex-Proprietários

Parte dos processos da Companhia e de suas Controladas referem-se a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários, anteriores à aquisição pela Companhia, sendo então contingências de responsabilidade exclusivas dos ex-proprietários limitada ao dever de indenizar. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nos processos, a Companhia e suas Controladas possuem garantias contratuais de ressarcimento, cujas eventuais perdas definitivas nesses processos serão apuradas e lançadas em Conta Gráfica para os ressarcimentos, bem como poderão ser compensadas, inclusive, com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de quotas celebrado entre as partes.

	Consolidado	Fato Gerador Ex-Proprietários	Indenizável Ex-proprietários
	Provável (R$)	Provável (R$)	(R$)
Processos cíveis	3.827	478	267
Processos tributários	19.466	19.467	6.638
Processos trabalhistas	7.118	3.566	2.007
Total	**30.411**	**23.511**	**8.912**

Parte dos processos da controlada ACEF avaliados com prognóstico de risco possível referem-se integralmente a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários da ACEF, anteriores à aquisição pela Companhia, sendo de responsabilidade dos ex-proprietários. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nesses processos que excedam o valor de R$ 14.000 para Perdas Materializadas e R$ 14.000 para Perdas Não Materializadas, da mesma forma, a Companhia possui garantias contratuais de ressarcimento, as quais poderão ser compensadas com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários da ACEF, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes. Até a data de fechamento da Nota Explicativa, as contingências da controlada ACEF não haviam excedido os limites contratuais acima mencionados para perdas materializadas e perdas não materializadas.

16.6. Quantitativo de processos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Processos cíveis	221	340	445	709
Processos tributários	17	26	59	67
Processos trabalhistas	58	58	210	259
Total	**296**	**424**	**714**	**1.035**

16.7. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Processos cíveis	96	922	114	982
Processos tributários	850	-	1.390	475
Processos trabalhistas	2.767	1.763	4.357	4.089
Total	**3.713**	**2.685**	**5.861**	**5.546**

17. Obrigações por aquisições de participações societárias

17.1. Composição

		Controladora		Consolidado	
Modalidade	Encargos financeiros	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Veritas	Taxa CDI	-	17.864	-	17.864
Braz Cubas	Taxa CDI	21.004	18.692	21.004	18.692
Santa Rita	Taxa CDI	-	-	-	2.669
		21.004	**36.556**	**21.004**	**39.225**
	Circulante	-	17.864	-	20.533
	Não circulante	21.004	18.692	21.004	18.692

17.2. Movimentação

	Controladora (i)	Consolidado (ii)
(=) Saldo em 31/12/2020	**35.031**	**40.150**
(+) Juros apropriados	1.525	1.632
(-) Pagamentos de principal	-	(2.000)
(-) Pagamentos de juros	-	(557)
(=) Saldo em 31/12/2021	**36.556**	**39.225**
(+) Juros apropriados	2.825	2.826
(-) Pagamentos de principal	(15.000)	(17.000)
(-) Pagamentos de juros	(3.377)	(4.047)
(=) Saldo em 31/12/2022	**21.004**	**21.004**
Não circulante	21.004	21.004

(a) ao principal da parcela retida das obrigações por aquisições das controladas Veritas R$15.000 e respectivos juros reajustados pelo CDI, pela Companhia.

(b) passivos assumidos acrescidos de juros reajustados pelo CDI pela aquisição da Santa Rita através da combinação de negócios com acionistas anteriores a aquisição de sua controladora Veritas pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, a parcela não circulante apresentava o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Consolidado
2025	7.500
2026	13.504
Total	**21.004**

18. Receita diferida

	Consolidado
(=) Saldo em 31/12/2020	12.284
(-) Apropriação	(1.332)
(=) Saldo em 31/12/2021	10.952
(-) Apropriação	(722)
(=) Saldo em 31/12/2022	**10.230**
Circulante	722
Não circulante	9.508

Propriedade de arrendamento mercantil

Em 20 de março de 2017, a controlada indireta Ceunsp, realizou transação de “sale and leaseback” do imóvel onde está situado o seu campus, a operação consistiu na venda e aluguel do referido imóvel simultaneamente perante sua parte relacionada Motriz Participações Ltda., essa operação foi classificada como arrendamento financeiro, conforme o conceito de que trata o CPC 06/IAS 17 – Operações de arrendamento mercantil.

O valor da venda do imóvel foi de R$25.500 com recebimento de acordo com o fluxo de pagamento estipulado em contrato. O ganho líquido dos custos de venda foi de R$14.442 e está registrado como receita diferida no passivo circulante e não circulante amortizável pelo prazo de 20 anos, conforme prazo do contrato de aluguel.

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social

Em 30 de março de 2022, a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) aprovou o aumento de capital no valor de R$93.750, passando de R$30.200, para R$123.950, sem emissão de novas ações, sendo totalmente subscritas e integralizadas mediante aproveitamento de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), realizada pela controladora Cruzeiro do Sul Educacional S.A..

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Companhia era de R$123.950 (R$30.200 em 31 de dezembro de 2021) composto por 400.182 ações ordinárias, em ambos exercícios, nominativas e sem valores nominais, totalmente integralizadas e a composição

acionária é demonstrada a seguir:

Acionistas	31/12/2022		31/12/2021	
	Ações	% Part.	Ações	% Part.
Cruzeiro do Sul Educacional S.A.	400.181	100,00%	400.181	100,00%
Acionistas Pessoa Física	1	0,00%	1	0,00%
	400.182	**100,00%**	**400.182**	**100,00%**

19.2. Reserva legal

A reserva legal tem o objetivo de assegurar a integridade do capital social e somente pode ser usada para compensar perdas ou aumentar o capital social.

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem registrado na rubrica de reserva legal o valor de R$8.071 (R$6.040 em 31 de dezembro de 2021).

19.3. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros, conforme artigo 196 da Lei nº 6.404.76, é representada pelo lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios.

Em 31 de dezembro de 2022, do resultado do exercício, foi destinado o valor de R$28.937 à reserva de retenção de lucros (R$68.851 em 31 dezembro de 2021). Essa proposta seguirá para aprovação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2023.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem registrado na rubrica de reserva legal o valor de R$8.071 (R$6.040 em 31 de dezembro de 2021).

19.4. Dividendos

Conforme o estatuto social da Companhia é garantido aos acionistas, a cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou o montante de R$9.646 (R$21.950 em 31 de dezembro de 2021) a titulo de dividendos mínimos obrigatórios.

Os dividendos foram apurados conforme abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	40.614	87.801
Base para reserva legal	**40.614**	**87.801**
Apropriação para reserva legal (Art.193 da Lei nº6.404)	2.031	-
Base para dividendo mínimo obrigatório	**38.583**	**87.801**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	9.646	21.950
Destinação para reserva de retenção de lucros	**28.937**	**65.851**
Quantidade de ações em 31 de dezembro	400.182	400.182
Dividendo por ação em circulação - em reais	24,10	54,85

(i) Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de reserva legal compreendeu 20% do capital social, conforme art. 193 da Lei nº 6.404/76.

20. Resultado por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não detém ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

Lucro por ação (básico e diluído)	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido no exercício	40.614	87.801
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	400.182	400.182
Lucro por ação em R$	**101,49**	**219,40**

21. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

21.1. Instrumentos financeiros

As atividades da Companhia e/ou de suas controladas as expõem a diversos riscos de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia e/ou suas controladas apresentam exposições aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

21.1.1. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam apenas o risco de taxa de juros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos, financiamentos, debêntures e aplicações financeiras.

21.1.2. Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variação nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia aos riscos de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, aos empréstimos e financiamentos, debêntures e as aplicações financeiras, sujeitos a taxas de juros variáveis.

As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras e debêntures estão mencionadas nas Notas 5 e 11, respectivamente.

21.1.3. Sensibilidade à taxa de juros

Os instrumentos financeiros ativos da Companhia e suas controladas são representados por caixa e equivalentes de caixa e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2022, se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia e suas controladas estão ligados à variação do CDI para as aplicações financeiras, os empréstimos, financiamentos e debêntures. No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, na data do vencimento da operação, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado obtidas através do relatório FOCUS do Banco Central do Brasil. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo do instrumento financeiro. A Companhia e suas controladas considerou uma deterioração de 25% e 50% para as variáveis de risco.

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto considerando um ano de correção a partir de 31 de dezembro de 2022:

Cenário em 31 de dezembro de 2022 (Controladora)

Operação	Risco	Taxa	31/12/2022	Provável	Variação 25%	Variação 50%
Equivalentes de caixa (Nota 5)	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	**(CDI 13,65%)**	**7.458**	7.458	7.203	6.949
Debêntures (Nota 11)	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	**(CDI 13,65%)**	**331.317**	331.317	342.623	353.929
Passivo de arrendamento (Nota 12)	Dívida (Risco de perda em função do aumento do IGPM)	**(IGPM 5,46%)**	**85.397**	85.397	86.563	87.728

Cenário em 31 de dezembro de 2022 (Consolidado)

Operação	Risco	Taxa	31/12/2022	Provável	Variação 25%	Variação 50%
Equivalentes de caixa (Nota 5)	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	**(CDI 13,65%)**	**115.516**	115.516	111.574	107.632
Empréstimos e financiamentos	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	**(CDI 13,65%)**	**11**	11	11	12
Debêntures (Nota 11)	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	**(CDI 13,65%)**	**331.317**	331.317	342.623	353.929
Passivo de arrendamento (Nota 12)	Dívida (Risco de perda em função do aumento do IGPM)	**(IGPM 5,46%)**	**284.874**	284.874	288.763	292.651

21.1.4. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos e aplicações financeiras em bancos e instituições financeiras.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

Representado pela possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de seus alunos.

O risco de crédito dos alunos é administrado pela Companhia e por cada controlada, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a este risco. O saldo a receber de mensalidades é denominado em Reais e a Administração monitora o risco do saldo a receber dos alunos e são cobradas mensalmente com base no contrato firmado entre a Companhia e os alunos.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela gestão financeira da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. A Companhia e suas controladas têm como política, a aplicação de recursos em bancos de primeira linha e, em aplicações com baixo nível de exposição e alto nível de liquidez. Praticamente, todo o excesso de caixa é aplicado em certificados de depósito bancário emitidos por estas instituições.

A Companhia evita aplicações em fundos de investimentos em que há risco de ativo desconhecidos.

21.1.5. Risco de liquidez

Consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas suas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais. O fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas é realizado de forma centralizada pelo departamento de finanças do Grupo, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez das entidades para assegurar que tenham caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais.

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se as debêntures contratadas, contas a pagar a fornecedores, além de contas a pagar por aquisição de participação societária. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações do Grupo. Na tabela a seguir estão analisados os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente do título ou do passivo.

		Controladora			
		31 de dezembro de 2022			
Passivos financeiros	Nota	Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Adiantamento de clientes		4.222	-	-	**4.222**
Dividendos a pagar	19.4	31.596	-	-	**31.596**
Debêntures	11	80.324	190.931	60.062	**331.317**
Fornecedores		7.194	-	-	**7.194**
Obrigações tributárias	14	3.264	-	-	**3.264**
Obrigações por aquisição de participação societária	17	-	7.500	13.504	**21.004**
Passivos de arrendamento	12	4.390	10.291	70.716	**85.397**
		130.990	**208.722**	**144.282**	**483.994**

		Controladora			
		31 de dezembro de 2021			
Passivos financeiros	Nota	Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Adiantamento de clientes		3.932	-	-	**3.932**
Dividendos a pagar	19.4	21.950	-	-	**21.950**
Debêntures	11	64.846	147.609	177.188	**389.643**
Fornecedores		6.355	-	-	**6.355**
Obrigações tributárias	14	2.865	-	-	**2.865**
Obrigações por aquisição de participação societária	17	17.864	-	18.692	**36.556**
Passivos de arrendamento	12	4.731	8.836	72.564	**86.131**
		122.543	**156.445**	**268.444**	**547.432**

		Consolidado			
		31 de dezembro de 2022			
Passivos financeiros	Nota	Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Adiantamento de clientes		8.990	-	-	**8.990**
Dividendos a pagar	19.4	31.596	-	-	**31.596**
Empréstimos e financiamentos		11	-	-	**11**
Debêntures	11	80.324	190.931	60.062	**331.317**
Fornecedores		13.616	-	-	**13.616**
Obrigações tributárias	14	19.968	27.468	83.096	**130.532**
Obrigações por aquisição de participação societária	17	-	7.500	13.504	**21.004**
Passivos de arrendamento	12	16.699	30.556	237.619	**284.874**
		171.204	**256.455**	**394.281**	**821.940**

		Consolidado			
		31 de dezembro de 2021			
Passivos financeiros	Nota	Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Adiantamento de clientes		7.653	-	-	**7.653**
Dividendos a pagar	19.4	21.950	-	-	**21.950**
Empréstimos e financiamentos		91	11	-	**102**
Debêntures	11	64.846	147.609	177.188	**389.643**
Fornecedores		11.851	-	-	**11.851**
Obrigações tributárias	14	22.964	24.713	87.430	**135.107**
Obrigações por aquisição de participação societária	17	20.533	-	18.692	**39.225**
Passivos de arrendamento	12	16.561	24.983	218.183	**259.727**
		166.449	**197.316**	**501.493**	**865.258**

21.1.6. Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e um razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles, ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos, financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento (circulante e não circulante), menos caixa e equivalentes de caixa e optou por apresentar o consolidado por considerar mais relevante:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	11	102
Debêntures (nota 11)	331.317	389.643
Passivo de arrendamento (nota 12)	284.874	259.727
(=) Total dívida bruta	**616.202**	**649.472**
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(115.516)	(130.704)
(=) Total dívida líquida	**500.686**	**518.768**
Patrimônio líquido (nota 19)	238.008	113.290
Dívida líquida e patrimônio líquido	**738.694**	**632.058**
% Dívida líquida sobre o patrimônio líquido	**210,4%**	**457,9%**

21.2. Valor justo

A Companhia e suas controladas aplicam as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

- Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa

para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;

- Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados como nível 1 e 3.

Classificação contábil e valores justos

	Hierarquia	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos – Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa (Note 5)		7.458	27.169	115.516	130.704
Contas a receber (Nota 6)		24.815	23.321	62.176	52.642
Outros créditos (Nota 7)		19.783	12.947	18.422	23.860
Total		**52.056**	**63.437**	**196.114**	**207.206**
Passivos – Custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos		-	-	11	102
Debêntures (Nota 11)		331.317	389.643	331.317	389.643
Fornecedores		7.194	6.355	13.616	11.851
Obrigações por aquisição de participação societária (Nota 17)		21.004	36.556	21.004	39.225
Total		**359.515**	**432.554**	**365.948**	**440.821**
Passivo – Valor justo por meio do resultado					
Passivos de arrendamento (Nota 12)	2	85.397	86.131	284.874	259.727
Total		**85.397**	**86.131**	**284.874**	**259.727**

O valor justo dos instrumentos financeiros é próximo ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto a valor presente, utilizando-se juros de mercado em 31 de dezembro de 2022, não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se o custo de capital do Grupo, que se assemelha a taxa dos contratos efetuados.

22. Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

22.1. Reconciliação da alíquota efetiva

A reconciliação do resultado com imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	38.107	82.705	41.060	88.993
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto pela alíquota combinada	**(12.956)**	**(28.120)**	**(13.960)**	**(30.258)**
Principais Adições e Exclusões:				
Despesas não dedutíveis	(44)	(28)	(1.962)	(5.432)
Adições (exclusões) líquidas sem a constituição de diferido(ii)	-	4.581	(7.996)	676
Equivalência patrimonial	8.938	12.058	-	-
Adicional e PAT	164	203	363	405
Efeitos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL(i)	-	-	2.509	1.593
Isenção PROUNI (iii)	6.405	16.402	20.600	31.824
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**2.507**	**5.096**	**(446)**	**(1.192)**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(1.409)	(1.068)	(2.883)	(6.771)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	3.916	6.164	2.437	5.579
Alíquota efetiva	**6,58%**	**6,16%**	**(1,09%)**	**(1,34%)**

(i) Imposto diferido sobre prejuízo fiscal não reconhecido e outras despesas não dedutíveis.

(ii) As principais exclusões são oriundas de estornos das provisões adicionadas anteriormente e outras diferenças temporárias.
(iii) Isenção do IRPJ e da CSLL referente ao PROUNI, calculada na proporção da ocupação efetiva das bolsas (POEB) sobre as atividades beneficiadas.

22.2. Composição do Imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Amortizações Mais Valia (i)	19.733	19.733
Arrendamento IFRS 16	3.485	2.519
Provisão de contingência	2.918	1.318
PECLD	1.094	1.077
Diferenças temporárias do lucro real	1.667	334
Total tributos diferidos, líquidos	**28.897**	**24.981**

Consolidado	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
IR/CS diferido sobre incorporação reversa Santa Rita	2.973	5.752
Arrendamento IFRS 16	6.219	5.169
Amortizações mais valia (i)	20.646	20.646
Provisão de contingências	3.196	1.586
PECLD	1.908	1.945
Diferenças temporárias do lucro real	6.095	4.255
Total tributos diferidos ativos	**41.037**	**39.353**
Passivo		
Reserva de reavaliação (ii)	(16.392)	(17.145)
Total tributos diferido passivos	**(16.392)**	**(17.145)**
Total tributos diferidos, líquidos	**24.645**	**22.208**

22.3. Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos

Os saldos e a movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido ativos e passivos são demonstrados com seus efeitos no resultado, conforme segue:

Controladora	31/12/2021	Efeitos no resultado	31/12/2022
Ativo			
Amortizações Mais Valia (i)	19.733	-	19.733
Arrendamento IFRS 16	2.519	966	3.485
Provisão de contingência	1.318	1.600	2.918
PECLD	1.077	17	1.094
Diferenças temporárias do lucro real	334	1.333	1.667
Total tributos diferidos, líquidos	**24.981**	**3.916**	**28.897**

Consolidado	31/12/2021	Efeitos no resultado	31/12/2022
Ativo			
IR/CS diferido sobre incorporação reversa Santa Rita	5.752	(2.779)	2.973
Arrendamento IFRS 16	5.169	1.050	6.219
Amortizações mais valia (i)	20.646	-	20.646
Provisão de contingências	1.586	1.610	3.196
PECLD	1.945	(37)	1.908
Diferenças temporárias do lucro real	4.255	1.840	6.095
Total tributos diferidos ativos	**39.353**	**1.684**	**41.037**
Passivo			
Reserva de reavaliação (ii)	(17.145)	753	(16.392)
Total diferido passivo	**(17.145)**	**753**	**(16.392)**
Total tributos diferidos, líquidos	**22.208**	**2.437**	**24.645**

(i) Os maiores valores de diferidos, são oriundos de amortização de mais valia das empresas adquiridas ainda não incorporadas e amortização fiscal do ágio sobre incorporação reversa da empresa Santa Rita adquirida em março de 2018.

(ii) Valor referente a Reserva de reavaliação oriunda da adquirida Braz Cubas em fevereiro de 2020.

Os seguintes montantes foram utilizados como base para contabilização dos impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL:

	31/12/2022	
	Saldos disponíveis (i)	Base utilizada p/ IR/CS diferidos ativos
Prejuízo fiscal	**114.679**	**-**
Base de cálculo negativa de CSLL	**128.828**	**-**

	31/12/2021	
	Saldos disponíveis (i)	Base utilizada p/ IR/CS diferidos ativos
Prejuízo fiscal	**123.002**	**-**
Base de cálculo negativa de CSLL	**132.549**	**-**

22.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo por ano de realização:

Faixa de Vencimento	Consolidado	
	Total em 31/12/2022	%
2023	4.148	10%
2024	4.376	11%
2025	2.008	5%
2026	2.261	6%
2027 em diante	28.244	68%
	41.037	100%

23. Receita líquida

A tabela a seguir apresenta a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta				
Cursos de graduação	592.271	513.378	1.309.630	1.102.405
Cursos de pós-graduação	6.234	6.979	9.301	11.428
Cursos técnicos e colégio	5.089	5.536	31.056	25.325
Outras receitas	1.626	1.220	2.768	2.009
	605.220	**527.113**	**1.352.755**	**1.141.167**
Deduções da receita bruta				
Descontos e devoluções	(360.448)	(289.285)	(816.950)	(640.506)
Tributos	(8.571)	(6.867)	(20.030)	(16.873)
	(369.019)	**(296.152)**	**(836.980)**	**(657.379)**
Receita líquida	**236.201**	**230.961**	**515.775**	**483.788**

24. Custos e despesas por natureza

	Controladora							
	31/12/2022				31/12/2021			
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais, administrativas e comerciais	Outras receitas, líquidas	Total	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais, administrativas e comerciais	Outras receitas, líquidas	Total
Salários e encargos sociais	(66.260)	(9.534)	-	(75.794)	(62.733)	(8.646)	-	(71.379)
Custos com parceria	(31.782)	-	-	(31.782)	(4.967)	-	-	(4.967)
Despesas com PECLD (Nota 7)	-	(11.858)	-	(11.858)	-	(6.496)	-	(6.496)
Depreciação do direito de uso	(6.719)	-	-	(6.719)	(5.836)	-	-	(5.836)
Publicidade e propaganda	-	(6.162)	-	(6.162)	-	(11.478)	-	(11.478)
Depreciação e amortização	-	(3.044)	-	(3.044)	-	(2.955)	-	(2.955)
Despesas com serviços de terceiros	(1.593)	(1.095)	-	(2.688)	(791)	-	-	(791)
Manutenção e reparos	(897)	(1.012)	-	(1.909)	(467)	(121)	-	(588)
Receitas com aluguéis	-	-	85	85	-	-	113	113
Outras receitas (despesas), líquidas	(5.005)	(9.621)	665	(13.961)	(29.811)	(5.055)	572	(34.294)
	(112.256)	**(42.326)**	**750**	**(153.832)**	**(104.605)**	**(34.751)**	**685**	**(138.671)**

	Consolidado							
	31/12/2022				31/12/2021			
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais, administrativas e comerciais	Outras receitas, líquidas	Total	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais, administrativas e comerciais	Outras receitas, líquidas	Total
Salários e encargos sociais	(165.111)	(18.582)	-	(183.693)	(151.747)	(21.330)	-	(173.077)
Custos com parceria	(46.827)	-	-	(46.827)	(5.380)	-	-	(5.380)
Despesas com PECLD (Nota 7)	-	(30.321)	-	(30.321)	-	(19.917)	-	(19.917)
Depreciação e amortização	-	(28.609)	-	(28.609)	-	(26.967)	-	(26.967)
Depreciação do direito de uso	(22.988)	-	-	(22.988)	(19.944)	-	-	(19.944)
Despesas com serviços de terceiros	(14.246)	(2.183)	-	(16.429)	(10.380)	-	-	(10.380)
Publicidade e propaganda	-	(11.020)	-	(11.020)	-	(16.617)	-	(16.617)
Manutenção e reparos	(5.018)	(2.818)	-	(7.836)	(1.693)	(437)	-	(2.130)
Receitas com aluguéis	-	-	622	622	-	-	392	392
Outras receitas (despesas), líquidas (i)	(14.136)	(18.353)	1.629	(30.860)	(53.397)	(9.714)	2.265	(60.846)
	(268.326)	**(111.886)**	**2.251**	**(377.961)**	**(242.541)**	**(94.982)**	**2.657**	**(334.866)**

(i) Os valores estão representados, principalmente, pelo ganhos de processos judiciais, baixa e perdas de ativo fixo e receita com vendas de imóveis.

25. Resultado financeiro

25.1. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas sobre aplicações financeiras	1.780	1.301	15.108	4.685
Juros e encargos recebidos sobre mensalidades	372	94	900	360
Atualização monetária por venda de imóvel	-		-	8.334
Outras receitas	222	20	831	71
Total das receitas financeiras	**2.374**	**1.415**	**16.839**	**13.450**

25.2. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Encargos financeiros sobre debêntures	(48.734)	(24.498)	(48.734)	(24.498)
Juros sobre passivo de arrendamento	(9.049)	(8.140)	(27.316)	(24.813)
Financiamentos estudantis, descontos concedidos e encargos financeiros sobre cartões de créditos	(9.455)	(9.354)	(17.821)	(15.278)
Garantias, comissões bancárias e Parcelamentos	(1.367)	(1.786)	(14.322)	(5.395)
Juros sobre obrigações a pagar de aquisição de controladas	(2.825)	(1.525)	(2.826)	(1.632)
Ajuste a valor presente	(675)	(441)	(1.511)	(952)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(7)	(32)
Outras despesas financeiras	(820)	(722)	(1.056)	(779)
Total despesas financeiras	**(72.925)**	**(46.466)**	**(113.593)**	**(73.379)**

26. Seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes (não auditado) para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A tabela abaixo apresenta as importâncias seguradas em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	31/12/2022	31/12/2021
Incêndio, raio, explosão de qualquer natureza	346.000	145.000
Perda ou pagamento de aluguel	21.000	7.000
Impacto de veículo terrestre e demais aéreo e/ou espacial	15.000	150
Roubo de bens	683	228
Danos elétricos	6.000	1.000
Vazamentos de tanques, tubulações e derrames de água ou demais substâncias	19.500	-
Outros	33.270	4.745

27. Eventos subsequentes

Julgamento do STF sobre coisa julgada em matéria tributária

Em 8 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) finalizou o julgamento dos recursos extraordinários RE nº 955227 (Tema 885) e RE nº 949297 (Tema 881), e consolidou o entendimento no sentido de que uma decisão definitiva (coisa julgada) obtida por determinado contribuinte sobre tributos recolhidos de forma continuada perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário posteriormente. Ainda, o STF não acolheu o pedido de modulação de efeitos da decisão, de forma que as autoridades fiscais podem cobrar os tributos que deixaram de ser recolhidos com base em tais decisões. A Companhia revisou os temas tributários e previdenciários para os quais tem decisão definitiva (coisa julgada) nos últimos 5 (cinco) anos e não identificou nenhum impacto material do julgamento do STF ao tratamento atualmente conferido aos seus recolhimentos tributários.

DocuSign

Certificate Of Completion

Envelope Id: A7C48EE76BEE493790108E66C8C07E66
Subject: Complete with DocuSign: ACEF22.DEZ.pdf
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
Source Envelope:
Document Pages: 66
Certificate Pages: 2
AutoNav: Enabled
EnvelopeId Stamping: Enabled
Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

Signatures: 1
Initials: 0

Status: Completed

Envelope Originator:
Marcos Galasso
Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água Branca
São Paulo, SP 05001-100
marcos.galasso@pwc.com
IP Address: 201.56.164.188

Record Tracking

Status: Original
30 March 2023 | 21:39
Holder: Marcos Galasso
marcos.galasso@pwc.com
Location: DocuSign

Status: Original
30 March 2023 | 21:48
Holder: CEDOC Brasil
BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com
Location: DocuSign

Signer Events	Signature	Timestamp
Vinicius Rego vinicius.rego@pwc.com PwC BR Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate **Signature Provider Details:** Signature Type: ICP Smart Card Signature Issuer: AC SERASA RFB v5 **Electronic Record and Signature Disclosure:** Not Offered via DocuSign	DocuSigned by: 5DDCCF00B7834A4... Signature Adoption: Drawn on Device Using IP Address: 134.238.160.130	Sent: 30 March 2023 | 21:40 Viewed: 30 March 2023 | 21:47 Signed: 30 March 2023 | 21:48

In Person Signer Events	Signature	Timestamp

Editor Delivery Events	Status	Timestamp

Agent Delivery Events	Status	Timestamp

Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp

Certified Delivery Events	Status	Timestamp

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
Karen Barbieri karen.barbieri@pwc.com PwC BR Security Level: Email, Account Authentication (None) **Electronic Record and Signature Disclosure:** Not Offered via DocuSign	COPIED	Sent: 30 March 2023 | 21:40 Viewed: 30 March 2023 | 21:45
Marcos Galasso marcos.galasso@pwc.com Security Level: Email, Account Authentication (None)	COPIED	Sent: 30 March 2023 | 21:48 Viewed: 30 March 2023 | 21:48 Signed: 30 March 2023 | 21:48

Carbon Copy Events	Status	Timestamp

Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign

Witness Events	Signature	Timestamp

Notary Events	Signature	Timestamp

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	30 March 2023 | 21:40
Certified Delivered	Security Checked	30 March 2023 | 21:47
Signing Complete	Security Checked	30 March 2023 | 21:48
Completed	Security Checked	30 March 2023 | 21:48

Payment Events	Status	Timestamps